



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO N° _____, DE 2017

(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública para apresentação da plataforma “Cartografia dos Ataques Contra Indígenas” (CACI), organizado pela Fundação Rosa Luxemburgo.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa, com base nos art. 24, inciso III, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara Federal, e ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública para apresentação da plataforma “Cartografia dos Ataques Contra Indígenas” (CACI), organizado pela Fundação Rosa Luxemburgo. Para tanto, solicitamos sejam convidados para discutir o assunto:

- I) Daniel Santini – Fundação Rosa Luxemburgo;
- II) Marcelo Zelic – Vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais-SP, membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e coordenador do Projeto Armazém Memória;
- III) Stefano Wroblewski – Jornalista e pesquisador do projeto InfoAmazonia;
- IV) Cleber Busatto e Egon Heck – Conselho Indigenista Missionário (CIMI);
- V) Ruben Siqueira – Coordenado da Comissão Pastoral da Terra (CPT);
- VI) Spensy Pimentel - Professor na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) desde 2015, é doutor e mestre em Antropologia Social pela FFLCH-USP.
- VII) Presidência da Fundação Nacional do Índio – Funai; e
- VII) Representante da Aty Guasu (Grande Assembleia Guarani).

JUSTIFICAÇÃO

Organizar em um mapa registros de assassinatos de indígenas no Brasil é visibilizar a quantidade e constância com que povos originários foram e continuam sendo massacrados. Trata-se de uma Cartografia dos Ataques



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Contra Indígenas (Caci). A palavra Caci significa “dor” em Guarani. É a primeira vez que as informações foram sistematizadas e georeferenciadas em uma visualização que permite olhar os casos em sua dimensão territorial.

O projeto foi desenvolvido pela Fundação Rosa Luxemburgo, em parceria com Armazém Memória e InfoAmazonia. O georeferenciamento das informações teve como base relatórios do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e foi feito a partir da região em que os crimes aconteceram. Os casos foram registrados nos relatórios “A violência contra os povos indígenas no Brasil”, elaborados entre 1993 e 1996 e entre 2003 e 2014 pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), e nos relatórios “Conflitos no Campo”, publicados entre 1985 e 2014 pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Não é um levantamento completo. Infelizmente, o número de assassinatos no período é muito maior do que os registrados pelas duas organizações. Mas trata-se de uma base sólida que, por si só, é um registro histórico que pode servir como ponto de partida para pesquisas e análises aprofundadas.

A visualização de mortes em um mapa explicita a gravidade e constância da morte de indígenas no país, e permite pensar políticas públicas e iniciativas legislativas para enfrentar o problema. Além de georeferenciar e disponibilizar os dados em formato aberto, também foram organizados quatro dossiês com análises aprofundadas sobre casos emblemáticos.

Face à importância e necessidade de discussão do tema, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em ____ de _____ de 2017.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**